

Intelectuais, identidade e instituições: Horácio de Almeida e os discursos do passado na Paraíba

GEORGE SILVA DO NASCIMENTO*

Em nossa pesquisa de mestrado¹, analisamos a produção de textos que, especificamos como *discursos do passado*, do intelectual paraibano Horácio de Almeida², que buscaram construir a história e a identidade de um espaço determinado, a Paraíba, para compreendermos todo um universo de significação e de produção cultural, no qual o autor estava inserido. Tendo como período de atuação as décadas de 1940 a 1970, Almeida constituiu-se como um dos mais profícuos intelectuais do Estado, publicando livros, colaborando em revistas e jornais, bem como participando de instituições de caráter científico e literário, como o *Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (IHGP) e a *Academia Paraibana de Letras* (APL), além de suas relações com espaços de outros Estados. Em 1946, transferiu-se para a então capital política e cultural do país, o Rio de Janeiro, inserindo-se nos círculos culturais da cidade, como por exemplo, as reuniões na casa de Plínio Doyle³, que ficaram conhecidas como *sabadoyles* e contavam com a presença de personagens como Carlos Drummond de Andrade.

O encontro com estes textos descortinaram para nós uma dimensão de possibilidades de compreensão da produção e atuação dos intelectuais paraibanos, inclusive no que diz respeito ao grande interesse pelo conhecimento histórico e as suas relações enquanto agentes culturais na sociedade. Na verdade, o grande intuito desses

* Mestre em História pela UFPB (2010) e doutorando em História pela UFMG, sob orientação do professor José Carlos Reis. email: gsnsilva@yahoo.com.br

¹ NASCIMENTO, George Silva do. *Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua História da Paraíba*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2010.

² Horácio de Almeida (Areia, 1896 – Rio de Janeiro, 1983). Em 1958, publicou *Brejo de Areia: memórias de um município*, pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, na Coleção *Vida Brasileira*, dirigida por José Simeão Leal, tendo como alguns nomes integrantes Luis da Câmara Cascudo, Jaime Cortesão, Hélio Vianna, entre outros, mas a sua produção mais conhecida veio a ser *História da Paraíba*, de 1966, complementada pelo segundo volume que surgiu apenas em 1978.

³ Plínio Doyle (1906-2000). Advogado, bibliófilo e grande admirador da cultura brasileira, tornou-se conhecido no meio cultural carioca por fazer reuniões em sua residência, no bairro de Ipanema no qual participavam nomes extremamente conhecidos do mundo intelectual e político nacionais. Um testemunho interessante sobre essas reuniões pode ser encontrado em INOJOSA, Joaquim. *70 Atas Sabadoyleanas*. Rio de Janeiro: Edições Sabadoyles, 1980.

escritores era construir um discurso balizado por três principais interesses: em primeiro lugar, tirar a Paraíba do anonimato, denunciar e combater o desprezo pelo qual, segundo alguns, o passado deste espaço fora tratado pela historiografia, digamos, ‘nacional’ e assim constituir uma produção do conhecimento local. Como segundo ponto dar uma especificidade, de fatos e de personagens, à história do Estado, apartando-a de vez de seu secundarismo diante a proximidade e influência de centros culturais e econômicos como Pernambuco que, ofuscava e reduzia a importância da história da Paraíba que, não merecia mais ser encarada como um apêndice do processo histórico do Estado vizinho. E como terceiro ponto, elaborar uma fala que pudesse edificar, através de características valorativas, inspiradas por personagens e ações do passado, uma identidade para o povo paraibano.

As estratégias e os exercícios para que este projeto tivesse êxito, foram de âmbitos diversos. Em 1905 fora criado o IHGP, aos moldes das academias de intelectuais francesas e com uma nítida filiação, estrutural e de pensamento, ao IHGB. Naquele instituto, a história da Paraíba – independente das críticas hoje atribuídas de uma história tradicional, factual e edificadora de heróis – teve o seu momento inicial de sistematização, levantamento de fontes, criação de acervos e de apropriação e produção local do conhecimento histórico.

Outro espaço de atuação intelectual importante da Paraíba na primeira metade do século XX, criado dentro dos parâmetros intencionais elencados mais acima foi a APL. Fundada em 1941, tendo entre os seus primeiros edificadores figuras de presença marcante no IHGP, como Coriolano de Medeiros, Celso Mariz e Horácio de Almeida. A ideia da criação desta Academia, segundo palavras do próprio Medeiros, registrada na ata da fundação era de “[...] reunir os paraibanos de amor às letras e dedicados à tradição histórica da Paraíba [...]”⁴. Tradição esta edificada pelo IHGP, instituição da qual boa parte desses novos ‘eleitos’ fazia parte.

Vale ressaltar ainda que, todas essas instituições, estavam ligadas ao poder público no Estado. Seja no que diz respeito ao financiamento de viagens e levantamento de fontes para a constituição dos seus acervos, da publicação das pesquisas, como da disponibilidade de espaços físicos para as suas instalações. Mais ainda, muitos dos seus

⁴ Ata de Fundação da Academia Paraibana de Letras, de 14 de setembro de 1941, publicada na Revista da APL, nº 1 ano I. Imprensa Oficial: João Pessoa, 1947, p. 160.

componentes figuravam como funcionários públicos, ou participavam diretamente da administração com cargos no executivo e no legislativo paraibano. Na verdade a elite local compunha os quadros desses lugares. Aliás, entre os anos de 1908 a 1966, encontramos um dos períodos de maior apoio estatal a estas instituições e seus membros.

No governo de João Lopes Machado (1908-1912), importantes publicações surgem no meio cultural como o livro *Datas e Notas para a História da Paraíba*, de Irineu Ferreira Pinto, em 1908, que pode ser considerado o primeiro levantamento documental de fôlego sobre o passado da Paraíba além do *Almanach Administrativo, Histórico, Mercantil e Industrial do Estado da Parahyba*, publicado a partir de 1909. O almanaque contava com textos de natureza diversa, como prosa e poesia, pesquisas históricas, dados da administração estadual. Deste mesmo momento temos a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, editada após quatro anos de fundação da casa.

Para citar mais alguns exemplos, no governo de Castro Pinto (1912-1915) foram publicados os livros *História da Província da Parahyba*, de Maximiano Lopes Machado, em 1912, que composto desde 1886 e *Notas Sobre a História da Parahyba*, em 1872 de Irineu Joffily, que podem ser considerados como o marco inicial não só da produção historiográfica no Estado, como também o eixo norteador da forma de escrita da história na Paraíba. Em 1947 tem início a publicação da *Revista da Academia Paraibana de Letras* e em 1966, final do governo Pedro Gondim (1961-1966) a publicação do livro *História da Paraíba*, de Horácio de Almeida, lançado especialmente para comemorar o fim desta administração, como uma das atividades do *Plano de Extensão Cultural*⁵.

Mas isto não quer dizer que dificuldades não surgiram para estes intelectuais, pois as crises econômicas que trespassaram a Paraíba implicavam em intervalos

⁵ Pedro Moreno Gondim governou a Paraíba de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966, na última eleição direta no estado antes do período da ditadura militar, anteriormente foi governador interino entre os anos de 1958 a 1960. “O “Plano de Extensão Cultural” do governador Gondim desenvolveu nos anos 60 importantes atividades, como as “Semanas de Teatro”, as “Feiras de Livros”, o “II Congresso de História e Crítica Literária”, concursos como o “Prêmio José Lins do Rego”, para romance e contos e “Prêmio Augusto dos Anjos”, para poesia, além de edições de livros, encenações de peças teatrais montagens de exposições de arte, itinerâncias de espetáculos teatrais e musicais e intercâmbios culturais com outros centros, como Recife, Natal e Rio de Janeiro” apud.< http://www.auniao.pb.gov.br/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=12629&Itemid=35 > acesso em 30/08/2010.

enormes da periodicidade de algumas publicações. Como a Revista do IHGP que entre os anos de 1912 a 1922 não foi editada ou a Revista da APL que só veio a prelo em 1947, seis anos depois da fundação da Academia. Sem contar a ‘peregrinação’ submetida até a conquista de suas sedes definitivas e a busca de convencimento social da viabilidade de instituições deste tipo.

A movimentação daqueles homens no intuito de provocar o interesse da sociedade paraibana pelo seu passado e a produção cultural era intensa. Reuniões, debates públicos, tanto em espaços físicos como nos jornais, dava-se constantemente. As conferências, de muitos desses intelectuais eram proferidas em teatros, sedes de clubes, associações de imprensa e mobilizavam uma parcela da sociedade nas cidades onde elas aconteciam como as conhecidas reuniões pronunciadas por Celso Mariz, entre finais da década de 1930 e início de 1940. Em cada lugar que se apresentava, o tema versava sobre a história e os ‘vultos importantes’ do passado dessas cidades. Os textos se tornaram mais conhecidos com a publicação no jornal *A União*, órgão da Imprensa Oficial e depois em livro, no ano de 1945 pela mesma editora.

Através desta cadeia de divulgação estas versões do passado tornaram-se verdades, as ditas histórias oficiais.

E influenciam o modo como a nossa sociedade representa o seu passado, como a história é apropriada e difundida no senso comum, através daqueles que, detentores das ferramentas adequadas para tanto, como jornalistas, artistas, políticos entre outros, tem um poder muito maior de abrangência do que os próprios historiadores. Não é por acaso que, para um intelectual como Almeida, a sua ligação com os meios capazes de publicar e propagar a sua história passava por todos esses campos elencados.

A produção historiográfica paraibana esteve inteiramente atrelada, durante um bom tempo à matriz de concepção histórica representada pelo IHGP. Mais precisamente entre os anos de 1905, quando da sua fundação, e a década de 1980 que, com a consolidação do departamento de história da UFPB a partir da composição de novos profissionais, a implantação do NDIHR e a busca de seus membros pela construção de uma história fundamentada nos novos paradigmas deste conhecimento, fizeram com que a história local deste espaço fosse representada de outra forma ⁶.

⁶ NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (UFPB/Campus I). Para Dias “o final da década de 70 e início de 80” foi o momento mais fértil de questionamentos sobre este tipo de produção historiográfica feitos pelos profissionais da Universidade Federal da Paraíba, que por terem

Este tipo de escrita da história fundamentava-se num pressuposto inicial segundo o qual era preciso construir um passado com características, fatos e personagens próprios que dessem uma particularidade histórica à Paraíba. Para tanto seria necessário que ela – a história – surgisse a partir de feitos que pudessem lhe dar a força de uma verdade e que fossem únicos a este espaço, ou então comparáveis aos grandes acontecimentos da história do Brasil e, em alguns casos, até como peças-chaves dos mesmos. Foi preciso, então, sistematizar o tempo, buscar e revelar os documentos, as evidências e, como acabamento final, a construção de uma identidade: a *paraibanidade*.

Segundo Dias, a “paraibanidade pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formados por algumas características e valores” (DIAS, 1996: 50). Tais como, portadora de um passado que se inicia a partir de um acordo de paz, juntamente com a bravura e o heroísmo das pessoas que lutaram para a construção e ocupação deste lugar.

A historiografia produzida *dentro dos muros* do IHGP provém de uma orientação metodológica e política de uma instituição que, antes da criação dos cursos

ingressado na universidade sem as bênçãos do clientelismo local puderam investir no combate a historiografia paraibana tradicional. In: DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996, p. 22-23. Vale evidenciar ainda a nova produção historiográfica advinda da qualificação dos professores do Departamento de História, com suas teses de doutorado e projetos de pesquisa – como, por exemplo: SÁ, Ariane Norma de Menezes, MARIANO, Serioja R. C. *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003 – desenvolvidos com os alunos de graduação, bem como a criação do Programa de Pós-Graduação em História, no ano de 2003, que tem contribuído para uma nova visão não só da história, mas de uma interpretação crítica da historiografia dita tradicional. Conf. em especial duas dissertações de mestrado defendidas no PPGH da UFPB, no ano de 2009: MENESES, Héric Dayann Moraes de. *As Contribuições de Maximiano Machado e Irineu Pinto para a construção da cultura histórica sobre o período holandês na Paraíba (1634-1654)*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009, que analisando as obras destes intelectuais, mais especificamente sobre o período holandês, procura compreender a forma como eles construíram estes eventos e as implicações destas representações na cultura histórica local através da análise de livros didáticos paraibanos produzidos na década de 1970 e suas ressonâncias no ensino de história local atualmente. No outro estudo, o autor, através de um uso variado de fontes como jornais, imagens e monumentos busca entender a transformação e edificação de um homem num mito-herói, após a morte do então presidente do estado da Paraíba, João Pessoa. Partindo de evidências do senso comum que o inquietaram, ele busca depreender como essa elaboração se constituiu e como permanece ainda sendo uma força de verdade tão presente na sociedade paraibana: RIBEIRO, Genes Duarte. *Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2009.

universitários de história no país e, conseqüentemente na Paraíba ⁷, teve a predominância no domínio dos discursos sobre o passado brasileiro: o IHGB. Fundado em 1838, no Rio de Janeiro, o instituto foi durante todo o restante do século XIX e início do XX o espaço por excelência da produção historiográfica no Brasil (GUIMARÃES, 1988: 05).

Todavia, o que caracterizava os eixos norteadores deste tipo de escrita? De uma forma breve, inicialmente é preciso nos lembrar de que o século XIX, mais conhecido no mundo da historiografia como o “século da história”. Momento no qual “o gênero histórico se profissionaliza, dotando-se de um método com suas regras, seus ritos, modos particulares de entronização e de reconhecimento” (DOSSE, 2003: 37), ou seja, a história se institucionaliza enquanto uma forma de conhecimento.

Com isso, surgem algumas necessidades discursivas e instrumentais, como a separação com o gênero literário para que a história tivesse uma maior aproximação com a verdade, a supressão da subjetividade e a valorização da imparcialidade na busca do real, pressupostos basilares de um saber que se quer como científico. Bem como a criação de revistas eruditas para a circulação, apreciação e reconhecimento do saber fabricado (DOSSE, 2003: 37-39). Esta forma de produção historiográfica, que ficou conhecida por “escola metódica” tinha:

[...] uma visão progressista da história segundo a qual o historiador trabalha e está a serviço do progresso do gênero humano. A marcha para o progresso desdobra-se como uma cumulação do trabalho científico, numa abordagem linear da história, enriquecida pelo aporte das ciências auxiliares [...] que dão um aspecto cada vez mais moderno ao século XIX (DOSSE, 2003: 40).

Discutindo a produção do conhecimento histórico francês – que influenciou e ainda exerce uma significativa presença no Brasil – Dosse evidencia que, após a guerra franco-prussiana (1870-1871) e com a conseqüente perda de parte do território da França, a historiografia criada neste momento foi fundamental para o “rearmamento moral da nação” (DOSSE, 2003: 40). Isto é, uma história voltada para o

⁷ O conhecimento histórico no Brasil trilhou os seus caminhos iniciais fora do âmbito das universidades, até porque estas instituições são de um passado muito recente na história do país, e mais especificamente na Paraíba que teve o seu primeiro curso superior de história no início da década de 1950, na antiga Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI) In: BEZERRA, Francisco Chaves. *O ensino superior de História na Paraíba (1952-1974): aspectos acadêmicos e institucionais*. João Pessoa: Mestrado em História UFPB, 2007.

engrandecimento nacional, um discurso que pudesse unir um povo a um objetivo, a partir da exaltação de um passado na construção de um futuro. Guimarães observa este condicionante político-ideológico na criação do IHGB e suas implicações na forma de se compreender o passado brasileiro. Para ele, a relação entre o discurso histórico e o da identidade nacional foi muito estreita, no que diz respeito ao desenvolvimento e institucionalização do conhecimento histórico, não só na Europa como também no Brasil. Com isto:

[...] é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro (IHGB) vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso. Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX (GUIMARÃES, 1988: 05).

Era um momento da história do país, no qual a construção de uma identidade para a nação foi fundamental à manutenção da ordem política e social. Portanto, uma história que buscasse unidade e conciliação das diferenças existente no processo de formação histórica da sociedade brasileira. E seria assim o discurso advindo dos intelectuais do IHGB uma ferramenta primordial dessa articulação. Ainda, segundo Guimarães, os principais objetivos do instituto, evidenciados em seus primeiros estatutos eram: o levantamento e a divulgação das fontes referentes à história do Brasil, “o incentivo, ao ensino público, de estudos de natureza histórica [...], relações com instituições congêneres” e o estímulo à “criação de institutos históricos provinciais” (GUIMARÃES, 1988: 08).

Esta última questão seria um dos instrumentos necessários à consolidação da centralização do Estado imperial. No entanto, esses objetivos não foram alcançados imediatamente, apenas com a recém-implantada república e o sistema federativo de governo os institutos históricos puderam despontar nas diversas unidades administrativas

Num país onde a separação da metrópole aconteceu sem a participação popular e contrariando até projetos políticos locais e toda a diversidade que isso representa, essa política de criação de Institutos Históricos locais só teve significado quando a esses locais foi possível explicitar suas diferenças,

sem que se perdesse a perspectiva da construção de uma unidade (DIAS, 1996: 50).

Mais uma vez, era indispensável um discurso que unificasse o Estado e justificasse a política de atuação do poder, na medida em que as antigas províncias, agora Estados da federação, necessitavam manifestar as suas especificidades associadas e complementares a um todo: o governo central.

[...] unificar a nação significava a construção de um passado que se pretendia singular, embora claramente marcado pelo perfil dos influentes grupos econômicos e sociais que participavam dos diversos institutos. [...] os diferentes centros produziram falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante (SCHWARCZ, 1993: 99).

O que propalavam essas ditas ‘falas regionais’? Antes de tudo, elas construíam uma especificidade histórica ao espaço do qual esses discursos emergiam e de sua importância, enquanto agentes do processo, nos grandes momentos do passado do país. E estas particularidades se apresentavam em características econômicas, políticas e sociais arrematadas pelo laço da identidade.

No Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, fundado em 1862, a história construída por seus membros procurava “de um lado, a recuperação da história pátria; de outro, a comprovação da relevância da história pernambucana nos destinos do país” (SCHWARCZ, 1993: 117-118).

Para tanto, datas e acontecimentos foram estabelecidos para demarcar, de uma forma contínua, a ‘sempre revolucionária e pró-republicana’ identidade dos pernambucanos. A expulsão dos holandeses e a Revolução de 1817 eram utilizadas como provas cabais disto. Mais ainda, esta história adquiria uma abrangência sobre outros espaços, numa perspectiva regional na medida em que buscava dar uma atenção à história das províncias que, antes constituíam as capitânicas de Pernambuco e Itamaracá. Como acabamento, emergia dos discursos os elementos do povo pernambucano, aquilo que os unia enquanto características comuns a todos daquele lugar: o patriotismo, a bravura, a força, a grandeza, a dignidade e tantos outros atributos de uma identidade proba. Uma história comemorativa e laudatória, escrita por e para uma elite decadente – que em sua maioria compunha os espaços do instituto – que percebia a cada dia seu enfraquecimento econômico diante o sul do país. E, conciliando o discurso de um suposto caráter científico – tão particular ao século XIX – com o conservadorismo local,

buscavam estabelecer um lugar no passado e no presente da história do país. Num momento de tantos problemas internos era necessário aquilo que chamamos de um *discurso de compensação*⁸ (SCHWARCZ, 1993: 117-125).

O mote do Instituto Historico e Geographico de São Paulo era outro, todavia se utilizava das mesmas ferramentas dos exemplos citados. Criado em 1894, diferentemente do seu congênere pernambucano, o instituto paulista gozava de um cenário político e econômico extremamente favorável. Os ‘senhores do café’, ao contrário dos senhores de engenho do norte, construíram uma imagem fundamental para a história de um Estado que se apresentava como a ‘locomotiva’ do Brasil, impulsionando e conduzindo a economia vigorante, com agora o seu principal produto de exportação, o café. O bandeirante foi o personagem-símbolo escolhido e a república, o regime a ser celebrado e exaltado, levando assim os paulistanos, a se postularem como os maiores trabalhadores e responsáveis da grandiosidade da nação. Observa-se, assim, o quanto a recorrência discursiva de certas imagens incute uma verdade no senso comum, por mais que estas falas privilegiem um grupo social restrito (SCHWARCZ, 1993: 127-133).

Na Paraíba, Na Paraíba, as ferramentas foram as mesmas, diferindo apenas as especificados do passado local. Como mencionamos acima, a história elaborada pelos membros do IHGP buscou elencar acontecimentos e datas, edificando-os como marcos simbólicos da história do Estado, demonstrando que, apenas as pessoas possuidoras de determinadas características seriam capazes de conduzir esse feitos: os paraibanos, dotados de força, bravura, probidade e tantos outros adjetivos qualificadores desta identidade.

Contudo, arriscamos sustentar o argumento, já defendido por Dias (1996), de que a história contestadora desta interpretação do passado paraibano ainda não se estabeleceu firmemente na cultura histórica local, prevalecendo nos discursos políticos, nas escolas de ensino secundário e na mídia, até então, a força de uma versão do passado pensada e construída a partir dos parâmetros lançados desde o início do século XX. Faz-nos reforçar este posicionamento quando em fevereiro de 2009, ao assumir o

⁸ Para nós o discurso de compensação é elaborado por um conjunto de agentes culturais que através de um instrumental simbólico e textual, procuram representar as suas instituições, os territórios, um grupo ou comunidade a partir de características unificadoras e valorativas. A justificativa é sempre relacionada à positividade de aspectos que mascaram uma sensação de fragilidade, perda de *status*, seja qual o for. Nessa operação o passado é trabalhado de uma forma diretamente interessada.

poder executivo da Paraíba, após um longo processo no qual o governador em exercício teve o seu mandato cassado, o então empossado proferiu as seguintes palavras:

Paraibanos. Este momento coloca-me diante de extremos desafios. Todos os malefícios de uma terra arrasada nos foram legados. Contudo, a Paraíba será restaurada, ainda que ressurgindo dos seus próprios escombros. O momento é de reconstrução, e isto requer a união de todos. Juntos, transformaremos as ruínas de frustrações passadas em momentos de esperança de uma Paraíba do futuro. [...] Olho o horizonte e vislumbro novos tempos para a Paraíba. Tempos de muito trabalho, tempos de restauração, tempos de reencontro com a democracia, o Estado de Direito e a prosperidade, valores essenciais e atemporais que devem balizar o convívio entre governantes e governados. Mas, sobretudo, tempos de esperança, onde semearmos a boa terra – mesmo que temporariamente arrasada – e haveremos de colher um futuro de paz duradoura e progresso permanente⁹.

Assim se perpetua e se ressignifica a *paraibanidade*, caracterizada pela força, coragem, bravura e por um ponto primordial e nem sempre observado: a capacidade de reconstrução de um povo a partir de suas ruínas. Aspecto muito mais imposto pela natureza, segundo estes argumentos, que pelos homens.

Como estes discursos surgidos em épocas distintas podem ter essa ressonância de idéias e símbolos tão fortes? Inicialmente poderíamos responder a partir da observação de dois pontos. O primeiro diz respeito à questão da força dos discursos sobre identidade local na retórica política e o segundo está relacionado à apropriação e continuidade de uma matriz de concepção do pensamento histórico local na construção dessas mesmas identidades.

As identidades são invenções construídas a partir de imagens e discursos. Mas estas construções não são erguidas do acaso sem uma referência, elas partem de uma presença apreendida por uma vasta possibilidade de *representação*¹⁰. O que acontece é que determinadas facetas são mostradas, no intuito de serem valorizadas em detrimento de outras, não ditas por não serem o interesse, no momento, dos artífices deste produto.

⁹ Discurso de posse do governador José Targino Maranhão, proferido na Assembléia Legislativa da Paraíba em 18 de fevereiro de 2009, In:<
<http://www.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=70050>>, consultado em 10 de fevereiro de 2010.

¹⁰ Para Chartier as representações são “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, in: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17, que para nós se efetivam através de discursos, portanto, todo discurso está dotado e é um veículo de representação.

Mas as identidades também surgem a partir das experiências dos homens em sociedade, da necessidade de se reconhecerem como pertencentes a um espaço com suas práticas e um passado específico, que se congregam sempre de forma interessada em manter um determinado *status quo* ou uma unidade, para preservar, garantir ou almejar variados objetivos deste grupo.

Os estudos sobre a identidade nacional na historiografia brasileira são marcados por pesquisas fundamentais como as empreendidas por Carvalho (1990, 2003 e 2007), Gasparello (2004), Odália (1997), Reis (2007), Guimarães (1988), e Diehl (1998)¹¹, por exemplo, que abordam a construção da nacionalidade brasileira desde os seus primeiros momentos de autonomia política, com a análise daquilo que os edificadores desta nação pensaram enquanto pontos agregadores desta identidade. As ferramentas utilizadas no convencimento desta unidade como os símbolos, passando da elaboração dos direitos e deveres reservados ao cidadão até ao ensino estabelecido nas escolas e a história construída por nossos intelectuais também são abordadas.

As experiências locais foram reveladas através de suas identidades regionais com uma profusão de trabalhos como os de Arruda (1990), Ferretti (2004), Padoin (2001), Silveira (1984), Dias (1996) e Albuquerque Júnior (2001, 2007 e 2008)¹², que trouxeram para o campo historiográfico as facetas políticas, culturais e ideológicas da edificação das diferenciações regionais no Brasil, que se produziram não apenas dentro da dinâmica de um processo econômico, mas que contribuíram também para isso a produção de imagens e de discursos elaborados para justificar as especificidades de cada

¹¹ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1990; _____. *A construção da ordem/O teatro das sobras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; _____. *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004 e ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997; REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil I: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Op Cit.*; DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo-RS: Ediupf, 1998.

¹² Conf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. Rio de Janeiro: IBEP Nacional, 2001; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino*. São Paulo: Moderna, 1984 e ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001; _____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007 e _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaço e identidade regional*. Recife: Edições Bagaço, 2008.

lugar, sejam as referentes ao espaço como também às pessoas. Uma história que procurou compreender a criação de tipos como o gaúcho, o paulista, o mineiro, o paraibano ou o nordestino, que buscou apreender estas identidades como construções interessadas em mostrar uma verdade destes sujeitos e espaços.

Além do IHGP, elencamos outro lugar de contribuição para a produção intelectual da Paraíba, voltado para a construção desta identidade: a Academia Paraibana de Letras. Fundada em 1941, no intuito de reunir os homens dedicados ao conhecimento histórico e a produção literária, tornou-se um dos centros de efervescência cultural do estado e, junto com o IHGP são os dois mais importantes que perduram, com atividades ainda presentes e uma vida cultural atuante e significativa dentro do Estado.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção artístico-intelectual na Paraíba sofreu um recrudescimento fazendo despontar em diversas cidades, mas principalmente na capital, a publicação de inúmeros jornais e revistas ¹³ que, divulgavam além das tradicionais notícias e anúncios característicos desses veículos, diversos textos literários de produção local. Mas pelo o que podemos observar, no que diz respeito aos *discursos do passado* paraibano, a produção era mínima, não evidenciando sequer um espaço – não apenas físico – de trocas de idéias, de recepção e validação de posicionamentos sobre a forma e o modo de construção de uma historiografia paraibana, que só pode emergir com a criação do IHGP no início do século XX.

A maior relação que existia com um círculo de produção científica pelos intelectuais paraibanos se dava com a Faculdade de Direito do Recife que, tinha no seu currículo um ensino voltado para o conhecimento jurídico e social. Na segunda metade do século XIX esta instituição ficou extremamente conhecida por seu ensino influenciado e divulgador das teorias científicas europeias no Brasil, a chamada ‘Escola do Recife’ (SCHWARCZ, 1993: 151-172). Os cursos de Direito, no início do século seguinte, não diferiam muito dos de tempos atrás para a formação dos futuros

¹³ MARTINS, Eduardo. Instituições Paraibanas de Cultura – 1801-1941. In: *Revista da Academia Paraibana de Letras*, n.º 8, ano 26. João Pessoa: Departamento de Publicidade, setembro de 1978, p. 175-180 e BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Jornalismo e literatura no século XIX paraibano: uma história*. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/estudos/Jornalismo_e_literatura_no_seculo_XIX_uma_historia.pdf. Acesso em: 13/09/2010.

juristas, as aulas versavam sobre os códigos jurídicos – o primeiro Código Civil brasileiro era de 1916 – além de retórica e ciências sociais.

Fundada em 1828 e sediada inicialmente em Olinda, a Faculdade de Direito foi transferida para o Recife em 1854. Junto com a Faculdade de Direito de São Paulo, instalada no mesmo ano que a sua congênere, fora um dos principais centros de produção científica e convívio intelectual do país durante todo o restante do século XIX e início do XX. Embora não descartemos a presença e atuação, bem como o surgimento dos centros de estudos médicos e dos institutos de pesquisas históricas e geográficas, neste ínterim, pelo Brasil afora (SCHWARCZ, 1993: 141-146).

Desde sua fundação até o início da década de 1930 a composição social dos estudantes da Faculdade de Direito do Recife não divergia muito. Boa parte dos estudantes era proveniente, além do estado de Pernambuco de outros vizinhos, como a Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. No início, em Olinda, os alunos estavam mais ligados à elite rural local, com a passagem para Recife isto não deixou de existir, contudo jovens advindos da classe média urbana começaram a figurar neste espaço. Mas o fato é que mandar um filho para estudar nesta faculdade não era uma aspiração meramente relativa ao intelecto, buscava-se dotar estes homens da capacidade de serem os futuros condutores e líderes da política local e possivelmente nacional, “o prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito” (SCHWARCZ, 1993: 140-150).

Profissionais voltados ao poder, em todos os sentidos, sejam os referentes à ordem social ou política do Estado brasileiro, os bacharéis de Direito foram responsáveis pela construção de uma mentalidade que ainda se faz extremamente presente na sociedade:

Mesmo com a ampliação dos campos profissionais, ao longo do Império e da República, a mentalidade jurídica ainda predomina sobre todas as outras, aliando a vida profissional e cultural do país, em que os doutores e bacharéis passam a ocupar também as letras, seja na literatura ou na imprensa, como forma de obterem destaque e notoriedade, mas principalmente como importantes formadores da opinião pública e da identidade nacional (CASTELO BRANCO, 2004, p. 91-92)¹⁴.

¹⁴ Ver além da tese de doutoramento de CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor". Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba*. Recife: UFPE, 2004 – que traz um percurso historiográfico da construção da educação superior do

Em um quadro composto por Dias (1996)¹⁵ pode ser observado que dos cinquenta e um membros fundadores do IHGP, vinte e dois passaram pelo curso de Direito da Faculdade do Recife, sendo que apenas dois desses componentes não o concluíram. Na APL o cenário não divergia muito, pois dos dez fundadores, mais de cinco se formaram na mesma faculdade. Portanto as relações desses intelectuais eram ideológicas, políticas e sociais, pois em quase sua totalidade eles representavam o grupo social da elite local, estando próximos ou diretamente ligados aos grupos dominantes. A formação acadêmica de Almeida foi fruto desta instituição, concluindo o curso em 1930, num momento de efervescência política, afirmação e/ou (re) construção de identidades políticas e sociais.

A história escrita por Almeida, além de inúmeros textos publicados em diversos periódicos ou isoladamente, tem em duas obras o ponto culminante de sua compreensão histórica: *Brejo de Areia: histórias de um município* (1958) e *História da Paraíba* (1966 e 1978). O primeiro foi editado pelo Ministério da Educação e Cultura na Coleção “Vida Brasileira”, segundo apresentação da segunda edição em 1980 (ALMEIDA, 1980: VII); o posterior surgiu no final da administração estadual de Pedro Gondim, com o segundo volume lançado mais de dez anos depois.

A forma como o autor empreendia os seus textos era comum a muitos dos intelectuais de sua época, homens que se interessavam pelo passado do seu lugar de origem e por fazer parte de um grupo social privilegiado, construía um discurso que afirmasse suas posições. Portanto, a busca das origens, de uma ancestralidade ligada a algum personagem de destaque do passado era comum nesse tipo de escrita. Como o contato com a produção historiográfica, dita científica se dava de um modo informal, as principais defesas metodológicas desses intelectuais/historiadores – assim os preferimos chamar – diziam respeito a três pontos principais: a história busca a verdade, para tanto ela deve ser revelada apenas através dos documentos, para que o passado seja demonstrado da forma mais fiel quando do seu acontecimento, no intuito de que o seu

país e mais especificamente da Paraíba, analisando a edificação dos qualificativos da sociedade brasileira aos que fazem parte deste seletivo grupo – o livro de ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, no qual o autor analisa as especificidades da política brasileira a partir da atuação dos profissionais de Direito.

¹⁵ In: Quadro Anexo.

possível leitor tenha “[...] *uma impressão mais nítida dos fatos, como se atrasasse o calendário para testemunhá-los*” (ALMEIDA, 1978a: 09-10. Grifos nossos).

Os dois textos possuem em comum uma característica perseguida incessantemente pelo autor: a edificação de uma identidade para o seu lugar de origem a partir de fatos e personagens, construídos sempre por um viés positivo, a fim de proporcionar à história paraibana um passado de glória e de grandes feitos. Os tempos históricos para Almeida são bem definidos e demonstram uma estratégia discursiva muito clara: a partir dos acontecimentos “dignos de nota” de seus heróis, o homem (o paraibano) no presente deve tomá-los como exemplo, para empreender um futuro mais condigno a um povo que tanto contribuiu à construção histórica do Nordeste e do Brasil.

Contudo este projeto de história, como qualquer outro é seletivo. Escolhe os seus personagens e fatos, na mesma medida em que tantos outros são esquecidos, ainda que se proponha como uma história que compreenda todo o passado do lugar em discussão. Como por exemplo, a instituição da escravidão e todos os pontos de discussão que dela decorrem são minimamente abordados pelo autor, sendo de interesse apenas o processo da abolição, no qual procura inserir a cidade de Areia como uma das primeiras no Império a empreender a libertação dos negros, deixando de lado o questionamento maior da grande crise econômica do nordeste em finais do século XIX.

Em nossa dissertação elencamos três temas que serviram de eixo para a nossa compreensão a partir da leitura do primeiro e segundo volumes da *História da Paraíba*: o território, o povo e o governo. Num primeiro momento compreendemos o *território* da Paraíba não apenas no que o incorpora enquanto delimitação geográfica, mas como, a partir do passado estruturado pelo autor, este espaço se formou e passou a ser o cenário de eventos históricos singulares e que dão significados variados no tempo ao lugar em questão. O *povo* nos leva ao elo chave da construção da identidade promovida pelo autor para os paraibanos: quem era este povo, quais as suas especificidades, os seus heróis, os grandes feitos, sua descendência e seus costumes, enfim aquilo que os tornava singulares e, por isso, importantes para o país por sua contribuição à construção da Nação. E o que congrega, por fim, com o nosso último tema, o *governo*: quais as ações do poder estatal dentro da dinâmica da edificação do país e os momentos de luta pela auto-afirmação e permanência da Paraíba enquanto unidade política, social e territorial.

Mas o seu projeto buscava um pouco mais que edificar um passado próprio para o seu lugar de origem, esforçava-se para que ele mesmo, enquanto o homem que se preocupou em tirar a Paraíba do esquecimento fosse lembrado por tão prodigioso esforço. E isto ele executara um pouco antes, mais precisamente em 1958, quando da publicação de *Brejo de Areia: memórias de um município*. Essa estratégia nós a denominamos de *pátrio-biografia*.

Entendemos a *pátrio-biografia* não como um conceito, mas um instrumento de duas faces. Na primeira nos vem a *dimensão interpretativa*, e, na segunda, o artefato final da representação executada por Almeida nos seus textos sobre a história da Paraíba. Para nós, esta Paraíba construída discursivamente por Almeida é muito mais que sua terra natal, foi o seu lugar de formação enquanto homem e intelectual, o lugar de atuação e intervenção enquanto homem público – mesmo vivendo uma boa parte de sua vida em outro Estado – e também o espaço de anseio por transformações, o lugar de propostas, de preservação de uma memória histórica esculpida por ferramentas – imagens e falas – que fabricaram uma identidade e uma verdade sobre esta porção de território.

Portanto, é uma história não apenas de um lugar e de um povo, mas uma história de si mesmo¹⁶, um relato que revela as suas intenções e lembranças, uma história que, mesmo coletiva, ele também faz parte, não só por ser paraibano, mas por sentir-se paraibano e construtor dessa paraibanidade.

Bibliografia e Fontes

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Tomo I. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1966.

_____. *História da Paraíba*. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978a.

_____. *História da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978b.

_____. *Brejo de Areia: memórias de um município*. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1980.

¹⁶ Ver por exemplo. GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIAS, Margarida Maria Santos. *Intrepida ab origine: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora Ltda., 1996.

DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru-SP: Edusc, 2003.

NASCIMENTO, George Silva do. *Pátrio-biografia: Horácio de Almeida e a sua História da Paraíba*. João Pessoa: Mestrado em História/UFPB, 2010.

Revista da APL, nº 1 ano I. Imprensa Oficial: João Pessoa, 1947.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Artigos/Revistas/Teses

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, pp. 5-27.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Velôso. *A construção do mito do "meu filho doutor"*. Fundamentos históricos do acesso ao Ensino Superior no Brasil-Paraíba. Recife: Doutorado em História/UFPE, 2004.

Sítios Eletrônicos

<http://www.auniaio.pb.gov.br>

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins>

<http://www.portalcorreio.com.br/>